



## SELEÇÃO E PERFIL DE CANDIDATOS A VEREADOR EM PELOTAS (RS) NAS ELEIÇÕES DE 2008: ESBOÇO DE UMA ANÁLISE

ALTMANN, Cristina<sup>1</sup>; BARRETO, Álvaro Augusto de Borba<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Bacharel em Ciências Sociais pela UFPel e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), [altmann.cristina@gmail.com](mailto:altmann.cristina@gmail.com); Professor do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (ISP/UFPel), [albarret.sul@terra.com.br](mailto:albarret.sul@terra.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Os processos eleitorais, que a cada quatro anos definem aqueles que ocuparão as vagas nos executivos e legislativos municipais no Brasil, movimentam uma quantidade enorme de pessoas que se apresentam como candidatos aos eleitores. Muitas vezes tidos como alvos de polêmicas discussões por parte da mídia, principalmente, os candidatos a vereador não têm despertado a mesma atenção nos estudiosos do mundo da política, que, na maioria das vezes, debruçam-se sobre o resultado dos processos eleitorais e não às dinâmicas a partir das quais são definidos os candidatos que se apresentam aos eleitores.

A legislação eleitoral brasileira estabelece os critérios para que alguém possa se tornar candidato a algum cargo eletivo de representação política. Para ser vereador, por exemplo, é preciso possuir nacionalidade brasileira, não possuir causas penais pendentes, estar inscrito no alistamento eleitoral, comprovar domicílio eleitoral no distrito pelo qual quer se candidatar, ter 18 anos e ser filiado a algum partido político, no período mínimo de um ano antes das eleições.

Nesse sentido, no caso do Brasil, é tarefa exclusiva dos partidos políticos a indicação dos candidatos que concorrerão aos cargos executivos e legislativos de representação política, nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal). Além disso, a legislação nacional confere autonomia às organizações partidárias no que se refere aos procedimentos de escolha de seus candidatos, determinando apenas a realização de Convenções partidárias que homologuem as candidaturas dentro dos prazos estipulados.

### 2. METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODO)

O presente estudo se insere no campo recente (ao menos na Ciência Política brasileira) de investigações que têm buscado compreender as dinâmicas de seleção de candidatos no âmbito dos partidos políticos, tal como sugere Ranney (1981, p. 75), que define a seleção de candidaturas como “*um processo predominantemente extralegal no qual os partidos políticos decidem quais as pessoas serão legalmente elegíveis para poderem concorrer a um cargo público em uma eleição*”.

A primeira dimensão de análise a ser desenvolvida diz respeito aos agentes ou agência partidária responsável pela escolha dos candidatos no interior dos partidos políticos. Afinal de contas, quem seleciona aqueles que se apresentam

como candidatos nas disputas eleitorais? Tal questão é formulada na literatura internacional por Norris (1993), quando se refere aos *gatekeepers* (“porteiros”) responsáveis pela elaboração das listas de candidatos no interior dos partidos políticos, e também por Hazan (2002), que utiliza o termo *selectorate*, referindo-se igualmente àqueles que selecionam os candidatos de uma organização partidária para uma disputa eleitoral.

Por outro lado, partindo das contribuições de Ranney (1981), Norris (1993) e Hazan (2002), o segundo aspecto a ser abordado está relacionado às exigências e qualificações para que alguém possa se apresentar como candidato em uma eleição. O desafio, nesse sentido, será responder a seguinte questão: quem são os candidatos selecionados pelos partidos políticos? Tanto Ranney (1981) como Hazan (2002) apontam os candidatos que buscam a reeleição como aqueles com maiores chances de serem incluídos nas listas partidárias. Para Ranney (1981) outros traços estariam entre os mais valorizados pelas lideranças partidárias, tais como possuir fortes conexões locais, integrar grupos de interesse, ser membro de uma corrente interna do partido ou ainda possuir um perfil socioeconômico e educacional mais elevado. Por outro lado, Norris (1993) e Hazan (2002) têm chamado atenção para a baixa participação das mulheres nas listas de candidaturas e também nos Parlamentos.

Alguns estudos desenvolvidos no Brasil (Perissinotto/Bolognesi, 2008; Noll/Leal, 2008) têm buscado traçar o perfil social dos candidatos e daqueles que conseguem se eleger, com o intuito de compreender os atributos sociais que aumentariam as chances de um candidato tornar-se vitorioso em uma disputa eleitoral.

Perissinotto/Bolognesi (2008), tendo como referência as eleições de 2006 para deputado federal e estadual no estado do Paraná, verificam que o baixo número de mulheres e daqueles que possuem um baixo capital escolar se repete tanto no universo dos candidatos quanto dos eleitos. Além disso, a condição de possuir experiência política prévia e ser um político profissional aumentaria de modo bastante significativo as chances de um candidato obter êxito nas eleições.

Já Noll/Leal (2008), ao traçar o perfil social dos candidatos e eleitos para as Câmaras Municipais de Porto Alegre, São Paulo e Fortaleza, considerando o pleito de 2004, verificam que o perfil mais encontrado parece semelhante ao quadro político nacional, onde predominam homens, com idade superior a 40 anos e com nível superior completo. Quanto à ocupação dos candidatos, os dados apontam para uma elevada profissionalização da política, com um alto número de candidatos que se declararam como políticos profissionais.

Se, de um lado, nestes trabalhos está em pauta o perfil social (caracterizado por indicadores tais como: sexo, idade, escolaridade e ocupação) dos candidatos selecionados pelos partidos políticos, por outro lado, a compreensão acerca dos vínculos e experiências políticas e partidárias destes agentes é algo a ser feito e que parece de suma importância em se tratando de entender qual a ligação com o mundo da política daqueles que se candidatam a um cargo eletivo.

A terceira e última dimensão de análise a ser considerada no presente estudo está relacionada aos métodos de seleção de candidatos utilizados pelos partidos políticos. Quanto a isso, na literatura internacional, Norris (1993) e Hazan (2002) têm explorado aspectos comuns, referentes principalmente ao grau de institucionalização e centralização (ou inclusão) do processo. Surgem como as perguntas centrais: os métodos de seleção são formais ou informais? Apresentam um caráter centralizado ou descentralizado? As dinâmicas internas tendem a um grau maior de inclusão ou

exclusão? Qual o papel das lideranças e dos membros partidários na escolha das candidaturas? Estas têm sido as questões levantadas pela literatura até aqui, que parecem remeter igualmente a uma avaliação acerca do grau de democracia interna que os partidos políticos apresentam ou podem apresentar em seus métodos de seleção de candidaturas.

Os trabalhos internacionais estão voltados, sobretudo, aos contextos nacionais e partidários europeus, tendo em vista as dinâmicas de seleção de candidatos para as eleições legislativas nacionais, em sua grande maioria baseadas no voto em lista fechada, hierarquizada e bloqueada, o que implica uma centralidade ainda maior ao processo de seleção, pois esta define amplamente a possibilidade de eleição de um candidato. Tal sistema é contrário ao adotado no Brasil, o voto em lista aberta, em que a campanha do candidato junto ao eleitor e a própria ação do eleitor têm um peso muito maior, haja vista que os partidos apenas decidem quem vai concorrer, sem ter a possibilidade de hierarquizar as suas preferências entre esses candidatos. Logo, há diferenças não desprezíveis entre os dois sistemas políticos, as quais precisam ser consideradas ao apropriar-se dessas contribuições.

Ainda que Freidenberg/López (2002) discutam os procedimentos de seleção de candidatos às eleições presidenciais em 16 países da América Latina, o Brasil não foi incluído na análise. Já Siavelis/Morgenstern (2004), ao analisar a questão do recrutamento político e seleção de candidaturas em países da América Latina, incluindo o Brasil, avançam na construção de uma tipologia de candidatos (ao Executivo e ao Legislativo) e comportamentos políticos correspondentes, mas pouco dizem sobre as dinâmicas partidárias internas relativas à escolha dos candidatos.

Na literatura nacional, a temática começou a ser debatida bastante recentemente (Álvares, 2004, 2006, 2007 e 2008; Braga/Praça, 2007; Braga, 2008; Perissonotto/Bolognesi, 2008). A maioria dos trabalhos está voltada ao que dizem os estatutos partidários sobre os métodos de seleção de candidatos, tendo como base, principalmente, eleições para cargos legislativos em nível estadual e federal - e ainda sabe-se muito pouco sobre como se dá este processo tendo em vista as esferas locais de poder.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante destas considerações iniciais, a presente pesquisa levanta a seguinte questão: como se dá o processo de seleção de candidaturas no interior de um partido político que busca representação em um Legislativo Municipal?

A partir desta problemática principal, alguns questionamentos surgem enquanto desdobramentos importantes para a pesquisa e a própria definição do que implica a expressão “processo de seleção”. Nesse sentido, quem são os responsáveis pela condução da escolha das candidaturas e quais os métodos de seleção utilizados? E, como resultado, quem são os candidatos selecionados pelas organizações partidárias e quais os seus atributos sociais e políticos? Será que o acesso à condição de vereador exige preparação prévia e treinamento na vida de “representante”, consolidação de vínculos e lealdades partidárias ou é um campo aberto a novatos e/ou aventureiros?

Servirá de base empírica para o estudo o processo eleitoral de 2008, na cidade de Pelotas (RS), atualmente terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 242 mil eleitores.

Nas últimas eleições municipais de 2008, 20 partidos apresentaram 194 candidatos para a disputa das 15 cadeiras do Legislativo da cidade de Pelotas, sendo que nove partidos conseguiram eleger candidatos. O PT elegeu a maior

bancada, composta por quatro vereadores, enquanto o PMDB, PPS e PP elegeram dois vereadores. As outras cadeiras foram divididas entre DEM, PDT, PRB, PTB e PSDB, cada um elegendo um vereador.

Dado o número elevado de partidos e de candidatos que disputaram o processo eleitoral de 2008 na cidade de Pelotas (RS), o presente estudo adotou como critério para a escolha dos partidos a serem analisados a participação em todas as eleições municipais ocorridas considerando o atual contexto multipartidário vivenciado no Brasil, iniciado em fins de 1979. De acordo com este requisito, quatro partidos serão incluídos no escopo da análise: PT, PDT, PMDB e PP – sendo que todos eles elegeram candidatos à Câmara Municipal pelotense nas eleições de 2008.

Sem desconsiderar os constrangimentos institucionais e formais relativos à elaboração das listas partidárias existentes no Brasil, estabelecidos pela legislação eleitoral vigente e pelos estatutos das organizações partidárias, a pesquisa pretende adentrar nas dinâmicas e lógicas informais que perpassam a escolha daqueles que se apresentam como candidatos em um processo eleitoral, no caso, buscando uma vaga de vereador no processo eleitoral de 2008 na cidade de Pelotas (RS).

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, M. L. M. *Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil*. Tese, 2004 (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, IUPERJ.

\_\_\_\_\_. *Recrutamento político e seleção de candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no “Jardim Secreto”*. 6º Encontro da ABCP, São Paulo, 2008.

BRAGA, M. / PRAÇA, S. *Recrutamento Partidário: Seleção de Candidatos à Câmara dos Vereadores paulistana* In: BRAGA, M. S. e KINZO, M. D’Alva (orgs.). *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas/CNPq, 2007.

FREIDENBERG, F. / LÓPEZ, F. S. *Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e Práticas nos partidos políticos da América Latina*. *Opinião Pública*, Campinas, v.8 (2), p.158-88, 2001.

HAZAN, R. Y. *Candidate Selection*. In NIEMI, L / GUNTER, R., / NORRIS, P. *Comparing Democracies 2*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 2002.

NOLL, M. I. / LEAL, C. *A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre)*. Paper 6º Encontro da ABCP, 2008. Disponível em:  
<[http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22\\_7\\_2008\\_17\\_18\\_59.pdf](http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22_7_2008_17_18_59.pdf)>

NORRIS, P. *Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge University Press, 1997.

PERISSINOTTO, R. M. / BOLOGNESI, B. *O Recrutamento Político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa*. Paper 6º Encontro da ABCP, 2008.

RANNEY, A. Candidate Selection In: BUTLER, D.; PENNIMAN, H. and RANNEY. A. (eds). *Democracy at the Polls: a comparative study of competitive national elections*. Washington DC: American Enterprise Institute of Public Research, 1981.

SIAVELIS, P. M. / MORGENSTERN, S. *Introduction: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin American: A Framework for Analysis*. Wake Forest University, 2004.